

## **Estatísticas de Gênero mostram como as mulheres vêm ganhando espaço na realidade socioeconômica do país**

Estatísticas de Gênero mostram como as mulheres vêm ganhando espaço na realidade socioeconômica do ..

### **Estatísticas de Gênero mostram como as mulheres vêm ganhando espaço na realidade socioeconômica do país**

*Elas estudam mais, mas possuem formação em áreas que auferem menores rendimentos; estão mais presentes no mercado de trabalho, mas continuam ganhando menos e caminham mais lentamente rumo à formalização; ganharam espaço entre os responsáveis pelas famílias e domicílios; e, mesmo entre elas, há importantes diferenciais regionais e de cor ou raça, que reforçam as desigualdades de gênero ainda enfrentadas pelas mulheres no Brasil.*

É o que mostram as **Estatísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**, produzidas pelo IBGE em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMRQ/MDA). A publicação apresenta indicadores sobre aspectos populacionais (incluindo famílias e migração), pessoas com deficiência, habitação, educação, mercado de trabalho e rendimento. Além da desagregação por sexo, há também por cor ou raça, situação do domicílio e grupos de idade, entre outras. Todas as informações constam do **Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG)**, que reúne dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, até o nível municipal, e é acessível no endereço <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/>. Entre 2000 e 2010, a proporção de mulheres na população com ao menos um filho diminuiu nas faixas etárias mais jovens. Em 2010, 37,3% das 50,0 milhões de famílias (únicas e conviventes principais) que residiam em domicílios particulares, tinham a mulher como responsável e a contribuição delas no rendimento familiar era de 40,9% em média. Dos 57,3 milhões de domicílios particulares permanentes em 2010, 38,7% tinham mulheres como responsáveis.

Quanto à educação, o percentual de jovens de 15 a 17 anos que cursavam o ensino médio (apropriado à sua idade) era de 42,4% para os homens e 52,2% para as mulheres. A proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade que só trabalhava era quase o dobro entre os homens (7,6%) se comparada à das mulheres (4,0%). Já a proporção nessa mesma faixa etária dos que não trabalhavam nem estudavam era de 12,6% para as mulheres e 9,1% para os homens.

No trabalho, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade passou de 79,7% para 75,7% entre os homens e de 50,1% para 54,6% entre as mulheres, porém, o crescimento da formalização entre as mulheres (de 51,3% para 57,9%) foi inferior ao dos homens (de 50,0% para 59,2%). Em 2010, 30,4% das mulheres de 16 anos ou mais não tinham rendimento, frente a 19,4% dos homens. As mulheres tiveram o maior aumento real do rendimento médio de todas as fontes na comparação entre 2010 e 2000 (12,0%), mas a disparidade permanece alta: elas ganham em média 68% do que eles ganham.

A publicação e os dados completos das **Estatísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010** estão disponíveis no endereço [www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/](http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/).  
**População, famílias e migração: caem as proporções de mulheres jovens com filho**

A proporção de mulheres de 15 a 19 anos de idade com ao menos um filho nascido vivo diminuiu de 14,8%, em 2000, para 11,8%, em 2010. Essa proporção decresceu de forma substantiva nos grupos de 20 a 24 (de 47,3% para 39,3%), 25 a 29 (de 69,2% para 60,1%) e 30 a 34 anos de idade (de 81,9% para 76,0%) no mesmo período. Nas áreas urbanas, em 2010, 11,1% das jovens de 15 a 19 anos tinham ao menos um filho nascido vivo, enquanto para áreas rurais este indicador foi de 15,5%. No grupo de mulheres de 25 a 29 anos de idade, a proporção daquelas com algum filho foi de 57,9% em áreas urbanas e 75,4% em áreas rurais.

Quanto aos diferenciais por cor ou raça, enquanto 8,8% das brancas de 15 a 19 anos de idade tinham ao menos um filho nascido vivo, para as pretas ou pardas o indicador foi de 14,1%, em 2010. Essa diferença se ampliou nos grupos de mulheres de 20 a 24 (31,9% das brancas e

45,6% das pretas ou pardas tinham filhos) e 25 a 29 anos de idade (53,4% das brancas e 66,3% das pretas ou pardas).

#### **Mulheres eram responsáveis por 37,3% das famílias**

Das 50,0 milhões de famílias (únicas e conviventes principais) que residiam em domicílios particulares em 2010, 37,3% tinham a mulher como responsável. O critério para definir a pessoa responsável pela família é de que seja aquela pessoa que era reconhecida como tal pelos demais membros da unidade doméstica. Este indicador se eleva ligeiramente a 39,3% para famílias em áreas urbanas e diminuiu consideravelmente (24,8%) para famílias em áreas rurais. Do total de famílias com responsável de cor ou raça preta ou parda, 38,7% tinham a mulher nesta condição. Quando se observa o tipo de composição familiar, a proporção de mulheres responsáveis pela família foi inferior à média nacional naquelas compostas por casal com filho (23,8%) ou casal sem filho (22,7%). Por outro lado, naquelas formadas pelo responsável sem cônjuge e com filho(s), as mulheres foram maioria na condição de responsável (87,4%).

#### **Contribuição das mulheres no rendimento familiar foi de 40,9% em média**

O indicador utilizado para analisar a contribuição do rendimento monetário das mulheres foi a média do percentual do rendimento monetário das mulheres, de 10 anos ou mais de idade, em relação ao rendimento monetário familiar total. No Brasil, este indicador foi 40,9%, enquanto para os homens a média da contribuição foi 59,1%, em 2010. Para as mulheres residentes em áreas rurais, a contribuição monetária no rendimento familiar total foi ligeiramente maior (42,4%) em comparação àquelas residentes em áreas urbanas (40,7%). E enquanto no Nordeste o valor chegou a 46,8%, no Centro-Oeste foi o mais baixo entre as regiões, de 37,8%.

Nas famílias em que o responsável era de cor ou raça preta ou parda o indicador chegou a 42,0%, em famílias com responsável de cor ou raça branca a contribuição das mulheres foi 39,7%. Nas famílias formadas por casais, a média da participação do rendimento feminino foi de 33,5% quando não havia filho e de 31,7% quando havia filho na família, enquanto nas famílias monoparentais – responsável sem cônjuge e com filho(s) – o indicador atingiu 70,8%.

#### **Migração de homens e mulheres ocorre de forma diferenciada nas grandes regiões**

Nas informações sobre migração foram utilizados os dados da migração interna de data fixa, que compara o local de residência atual com o local de residência há exatos cinco anos antes da data de referência do Censo 2010. Na região Norte, a migração intensifica a concentração de homens, uma vez que entraram mais homens que mulheres (113,9 homens para cada 100,0 mulheres) e saíram mais mulheres que homens (95,9 homens por 100,0 mulheres). O Nordeste foi a única região que apresentou saldo migratório negativo (de 701 mil pessoas), e proporcionalmente saíram mais homens que mulheres desta região. Nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste, o saldo migratório foi positivo, sendo que a razão de sexo dos imigrantes (entrada) foi maior que a dos emigrantes (saída), resultando numa entrada maior de homens em relação às mulheres.

#### **Habitação: responsabilidade feminina cresce de 24,9% para 38,7% dos domicílios**

Em 2000, o total de domicílios particulares permanentes foi de 44,8 milhões, sendo 83,5% urbanos. Do total de domicílios, 75,1% deles com responsabilidade masculina e 24,9% feminina. Em 2010, foram 57,3 milhões, sendo 85,9% urbanos. Do total, 61,3% tinham responsáveis homens e 38,7%, mulheres. Em 2000, a proporção de domicílios com responsabilidade masculina e feminina nas áreas urbanas era 72,7% e 27,3%, respectivamente, enquanto na área rural, 87,6% eram responsáveis homens e 12,4% responsáveis mulheres. Em 2010, verificou-se que, nas áreas urbanas, a amplitude entre responsabilidades masculina e feminina (59,0% a 41,0%) foi bem menor do que quando se considerou a área rural (74,9% a 25,1% para homens e mulheres respectivamente).

A distribuição por cor ou raça das responsabilidades por domicílios apresentou um equilíbrio no país como um todo (49,1% brancos e 49,3% pretos ou pardos). Nas áreas urbanas esta proporção foi a 50,9% para brancos e 47,6% para pretos ou pardos. Nas áreas rurais, entretanto há uma inversão, sendo 38,5% de brancos e 59,3% de pretos ou pardos. Na distribuição especificamente das mulheres responsáveis por domicílios nas áreas rurais, 42,8% se declararam brancas e 57,7%, pretas ou pardas.

### **Saneamento é inadequado em 28,3% dos domicílios urbanos sob responsabilidade de mulheres**

Considerou-se como **saneamento adequado** urbano as habitações com acesso simultâneo ao abastecimento de água por rede geral, esgotamento por rede ou fossa séptica e coleta de lixo direta ou indireta. No Brasil, em 2010, do total dos domicílios urbanos cuja responsabilidade era de mulheres, 28,3% tinham saneamento inadequado. Na região Norte verificou-se um percentual bem acima (70,0%) e no Nordeste, 46,3%. Essas proporções foram de 12,2% no Sudeste, 24,2% no Sul e 44,4% no Centro-Oeste. Nos domicílios urbanos em que a responsabilidade era de homens, esse percentual foi de 29,0% no país, similar, portanto, ao apresentado para as mulheres responsáveis.

Em um universo de 160,3 milhões de pessoas em áreas urbanas, havia 77,3 milhões de homens e 83,0 milhões de mulheres em 2010. Na situação de moradia com inadequabilidade em saneamento estavam 49,1 milhões de pessoas, representando 30,6% daquele total. Destas, 25 milhões eram mulheres (50,9%). Este contingente ainda se dividia em 9,3 milhões de brancas e 15,3 milhões de pretas ou pardas.

### **18,9% das mulheres rurais residem em domicílios com “outras formas” de abastecimento de água**

No país, 18,9% das mulheres moradoras das áreas rurais residem em domicílios com “outras formas” de abastecimento de água (água de chuva armazenada, carros-pipa, rios, açudes, lagos, igarapés etc.), 17,5% em domicílios com “outros tipos” de esgotamento sanitário (despejado em valas, rios, lagos, mar etc.) e 11,0% com “outras formas” de destinação do lixo (jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio, lago ou mar etc). Em relação ao abastecimento de água, as mulheres da região Norte dependem mais de rios e lagos, enquanto na região Nordeste há maior dependência de carros-pipas e da água de chuva. São 29,7% das mulheres do Norte e 27,2% do Nordeste sem acesso à rede pública de abastecimento de água ou mesmo poço artesiano ou nascente. No que se refere ao esgotamento sanitário, 35,5% das mulheres na região Norte não tinham acesso a rede geral, fossa séptica ou mesmo rudimentar. Em termos de destinação do lixo, destaca-se a região Nordeste, onde 16,2% das mulheres viviam em domicílios em que o lixo não era coletado, queimado ou enterrado.

Entre as residentes em domicílios particulares permanentes rurais, 22,1% das mulheres pretas ou pardas não dispunham de serviço de rede pública de abastecimento de água ou acesso a poço artesiano ou nascente. Esse percentual para as brancas era de 12,7%. Para o esgotamento sanitário, a diferença entre as proporções era similar: 20,0% e 13,2%, respectivamente.

### **Educação: entre os jovens, taxa de analfabetismo é maior para os homens**

Em 2010, homens e mulheres com 15 anos ou mais de idade apresentavam taxas de analfabetismo próximas (9,1% entre as mulheres e 9,8% entre os homens). A taxa era maior entre as mulheres de 60 anos de idade ou mais (27,4%) comparada à dos homens da mesma faixa etária (24,9%). Essa desvantagem feminina se reverte nos grupos etários mais novos. Em relação à cor ou raça das mulheres, a incidência de analfabetismo teve redução mais acentuada entre as que se declararam de cor preta (de 22,2% para 14,0%), em especial entre as pretas de 15 a 29 anos de idade (de 7,5% para 2,5%). As taxas também caíram, mas com menor intensidade, para as mulheres brancas (de 8,6% para 5,8%) e pardas (de 17,9% para 12,1%).

### **Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos no ensino médio sobe para 47,3%**

Entre 2000 e 2010, a expansão do sistema escolar brasileiro elevou a frequência escolar. O maior incremento ocorreu para crianças de 4 a 5 anos de idade, cuja frequência a escolar passou de 51,4% em 2000 para 80,1% em 2010. Para a faixa de 6 a 14 anos o percentual mudou de 93,1% para 96,7% e, entre os jovens de 15 a 17 anos, de 77,7% para 83,3%. A evolução foi similar para mulheres e homens.

O percentual de jovens de 15 a 17 anos que cursavam o nível educacional apropriado à sua idade subiu de 34,4% em 2000 para 47,3% em 2010. Essa taxa de frequência escolar líquida no ensino médio para os homens era de 42,4%, 9,8 pontos percentuais abaixo da taxa feminina (52,2%). Do total de aproximadamente 4,9 milhões de jovens entre 15 e 17 anos de idade que frequentavam o ensino médio, observa-se uma proporção maior de mulheres (54,7%) se comparada com a de homens (45,3%).

### **Proporção de jovens de 15 a 17 anos que só trabalham é maior entre os homens**

Em 2010, a proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade que só trabalhava era quase o dobro entre os homens se comparada à das mulheres (7,6% e 4,0%, respectivamente). Na área urbana, 17,8% dos homens e 13,2% das mulheres estudavam e trabalhavam, enquanto na área rural esse percentual sobe para 27,7% e 15,8%, respectivamente. Por sua vez, há uma proporção maior de mulheres de 15 a 17 anos que não estudava nem trabalhava (12,6%) comparada à dos homens (9,1%) e a diferença por sexo desse indicador atinge 6,3 pontos percentuais na área rural. Essa situação está relacionada à maternidade, na medida em que 56,8% das adolescentes dessa idade que tiveram filhos estavam fora da escola e do mercado de trabalho, enquanto 9,3% daquelas que nunca foram mães encontravam-se nessa mesma condição.

A taxa média de abandono escolar precoce (proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade que não haviam completado o ensino médio e que não estavam estudando) caiu de 47,2% em 2000 e para 36,5% em 2010. Entretanto, o Brasil ainda possui uma taxa quase três vezes maior do que a média dos países da União Europeia, sendo que sua incidência é significativamente maior entre os homens. Uma parcela significativa dos jovens de 18 a 24 anos de idade que não concluíram o ensino médio abandonou a escola após ingressar nesse nível (21,2%). Uma proporção ainda maior deles havia abandonado a escola sem completar o ensino fundamental (52,9%).

### **Mulheres possuem formação em áreas que apresentam menores rendimentos**

Em 2010, havia um contingente maior de mulheres entre os universitários de 18 a 24 anos de idade, representando 57,1% do total de estudantes que frequentam o ensino superior nessa faixa etária. Dentro da população total na faixa etária citada, 15,1% das mulheres frequentavam ensino superior contra 11,4% dos homens. Conseqüentemente, o nível educacional das mulheres é maior do que o dos homens na faixa etária de 25 anos ou mais. A maior diferença percentual por sexo encontra-se no nível superior completo, onde 12,5% das mulheres completaram a graduação contra 9,9% dos homens.

As áreas gerais de formação nas quais as mulheres com 25 anos ou mais de idade estão em maior proporção, isto é, “Educação” (83,0%) e “Humanidades e Artes” (74,2%), são justamente aquelas com menor rendimento mensal médio entre as pessoas ocupadas (R\$ 1.811 e R\$ 2.224, respectivamente). O diferencial se mantém mesmo quando a proporção de mulheres se torna equivalente à dos homens, como na área de “Ciências Sociais, Negócios e Direito”, onde as mulheres recebiam 66,3% do rendimento dos homens.

### **Mercado de trabalho: taxa de atividade sobe entre mulheres**

A taxa de atividade mostra a proporção da população em idade ativa (PIA, de 16 anos ou mais) que se encontra trabalhando ou procurando trabalho. Entre 2000 e 2010 esta taxa se manteve estável (de 64,5% em 2000 para 64,8% em 2010), apresentando, no entanto, variações na desagregação por sexo: de 79,7% para 75,7% entre os homens e de 50,1% para 54,6% entre as mulheres. Dentre os grupos etários analisados, a taxa de atividade dos homens de 16 a 29 anos foi responsável pelo maior recuo entre 2000 e 2010 (de 81,0% para 74,6%). Esta tendência também foi observada para o grupo de 30 a 49 anos (de 91,9% para 88,8%), mas não para os grupos de 50 a 59 anos (crescimento de 76,8% para 78,1%) e de 60 ou mais (de 37,4% para 38,7%). Entre as mulheres de 16 a 29 anos, a taxa de atividade cresceu de forma mais branda (de 56,3% para 58,8%) do que o observado para os demais grupos etários: de 61,1% para 68,1% nos grupos de 30 e 49 anos e de 39,0% para 50,2% entre 50 a 59 anos, por exemplo.

A taxa de atividade se distribuiu de forma pouco desigual entre as mulheres brancas (56,2%) e pretas ou pardas (53,1%) em 2010, ainda que as diferenças tenham aumentado em relação a 2000. Há diferença de 10,5 pontos percentuais entre as taxas de atividade das mulheres que viviam em áreas urbanas (56,0%) e rurais (45,5%), comportamento que não apresentou a mesma intensidade entre os homens (76,4% e 72,2%, respectivamente). Constata-se uma baixa participação das mulheres no mercado de trabalho na região Nordeste (48,2%), quando comparada às demais regiões. A taxa é ainda menor no meio rural (40,0%).

### **Crescimento da taxa de formalização foi menor para as mulheres**

A taxa de formalização no Brasil (proporção, entre os ocupados, das pessoas com carteira de trabalho assinada, militares, funcionários públicos e os trabalhadores por conta própria e

empregadores que contribuem para a previdência social) passou de 50,5% em 2000 para 58,6% em 2010. Entretanto, o crescimento da formalização entre as mulheres (de 51,3% para 57,9%) foi inferior ao observado para os homens (de 50,0% para 59,2%), tendência que se reproduz em todos os grupos de idade e de cor ou raça.

O avanço da formalização ocorreu de forma mais intensa entre os jovens de 16 a 29 anos (de 47,9% para 59,4%) e trabalhadores de cor preta ou parda (de 42,6% para 52,7% no total) em ambos os sexos. Esse aumento foi ainda maior no caso dos homens jovens (de 47,0% para 59,7%). Entre as trabalhadoras de cor preta ou parda o crescimento da formalização foi ligeiramente superior ao das mulheres brancas (que foi de 56,8% para 64,3%). No caso dos homens essa diferença foi mais significativa, com crescimento de 42,3% para 53,9% para os de cor preta ou parda e de 56,3% para 64,8% dos homens de cor branca.

A proporção de mulheres com carteira de trabalho assinada aumentou de 32,7% em 2000 para 39,8% em 2010. Este crescimento, no entanto, foi inferior ao observado para os homens, cuja proporção aumentou de 36,5% para 46,5%. O diferencial entre os sexos passou de 3,8 pontos percentuais em 2000 para 6,7 pontos percentuais em 2010.

A participação das trabalhadoras domésticas na estrutura ocupacional das mulheres sofreu redução entre 2000 e 2010, passando de 18,5% para 15,1% das que trabalhavam. A queda na proporção das trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho de 13,0% para 10,0%, junto com a queda de 5,5% para 2,1% das trabalhadoras não remuneradas, foram as duas formas de inserção nas relações de trabalho que mais sofreram redução entre as mulheres no período analisado. Tal comportamento se mostrou diferente ao dos homens, que tiveram as maiores reduções entre os empregados sem carteira de trabalho assinada (de 20,9% para 17,1%) e os trabalhadores por conta própria (de 28,2% para 24,7%).

#### **Escolarização de mulheres pretas ou pardas ocupadas é menor que a de mulheres brancas**

Enquanto as mulheres brancas são maioria entre as trabalhadoras com carteira de trabalho assinada (58,4%), as mulheres pretas ou pardas compõem a maior proporção de trabalhadoras domésticas com (57,0%) e sem carteira de trabalho assinada (62,3%). A desigualdade de cor ou raça entre as mulheres também pode ser verificada na distribuição da população ocupada por nível de instrução, que mostra elevada participação das mulheres pretas ou pardas sem instrução e com nível fundamental incompleto (42,5%) quando comparadas com as mulheres brancas (28,2%). Estas disparidades estão presentes nos extremos da distribuição dos níveis de instrução, e, no caso do nível superior, se mostram mais favoráveis às mulheres brancas (26,0%) em relação às mulheres pretas ou pardas (11,2%). O nível de instrução das mulheres ocupadas é superior ao dos homens, que apresentam, por sua vez, maior proporção de ocupados sem instrução e ensino fundamental incompleto (45,5% contra 34,8% das mulheres).

#### **Creches para filhos de até três anos impactam nível de ocupação das mães**

Em 2010 o nível de ocupação (razão entre a população ocupada e a população em idade ativa) das mulheres com filhos até três anos de idade que frequentavam creche (65,4%) é superior ao daquelas cujos filhos não frequentavam (41,2%) ou daquelas que têm apenas algum filho frequentando creche (40,3%). O nível de ocupação para mulheres que viviam em áreas urbanas e possuíam todos os filhos de até três anos frequentando creche (66,9%) foi 19,6 pontos percentuais maior do que o observado para as áreas rurais (47,3%).

#### **Rendimento: percentual de mulheres sem rendimento (30,4%) é maior que o de homens (19,4%)**

Em 2010, 30,4% das mulheres de 16 anos ou mais de idade não tinham qualquer tipo de rendimento, percentual acima do observado para o total da população nessa faixa etária (25,1%) e para os homens (19,4%). A maior proporção de mulheres nesta condição está na região Norte (37,7%) e a menor na região Sul (24,6%). Para as mulheres na faixa etária de 16 a 24 anos, a proporção de pessoas sem rendimento é de 51,8%, enquanto na população masculina o percentual é 40,6%. Na população idosa, o percentual de mulheres sem rendimento reduziu nas duas últimas décadas de 28,7% para 15,7%. Na região Norte, a proporção de mulheres pretas ou pardas sem rendimento chega a 38,1%.

Em 2000, a proporção de pessoas com rendimento até um salário mínimo era 19,8%, sendo ligeiramente maior entre as mulheres (20,8%). Em 2010, essas proporções se elevaram para 29,8% e 33,7%, respectivamente. Os menores rendimentos têm sexo, cor ou raça e localidade, visto que 50,8% das mulheres pretas ou pardas da região Nordeste têm rendimento até um salário mínimo, assim como 59,3% das mulheres nas áreas rurais desta região.

### **Disparidade de rendimento entre sexos permanece alta apesar do maior ganho para mulheres**

Além da valorização do salário mínimo, houve aumento real do rendimento médio de todas as fontes na comparação entre 2010 e 2000. As mulheres tiveram o maior aumento relativo (12,0% frente a 7,9% dos homens), e a maior variação ocorreu na região Centro-Oeste (22,1%). O crescimento do rendimento feminino reduziu um pouco as disparidades entre os sexos, mas não foi uniforme em todo o país. Em 2010, o rendimento médio era de R\$ 1.587 para os homens e R\$ 1.074 entre as mulheres (67,7% do rendimento masculino). Nas cidades com mais de 500 mil habitantes, a desigualdade de rendimento entre mulheres e homens é menor comparativamente às cidades menos populosas. Quase todas as capitais demais apresentaram redução na desigualdade de rendimentos por sexo entre 2000 e 2010, com exceção de Porto Velho e João Pessoa.

Além das disparidades regionais, dado que o rendimento médio das pessoas no Nordeste (R\$ 881) é 43% menor que o rendimento médio das pessoas no Sudeste (R\$ 1.575), a componente racial é um importante atributo. O rendimento médio das mulheres pretas ou pardas (R\$ 727) correspondia a 35,0% do rendimento médio dos homens brancos (R\$ 2.086). As mulheres rurais são as que apresentam os rendimentos mais baixos (R\$ 480), valor inferior ao salário mínimo vigente no período (R\$ 510).

No Brasil, o rendimento médio das mulheres com os 20% maiores rendimentos é de R\$ 3.367, equivalente a 20,5 vezes o rendimento médio das mulheres com os 20% menores rendimentos. No caso dos homens, essa relação é 14,1 vezes, o que mostra que a distribuição do rendimento entre as mulheres é mais desigual comparativamente à dos homens. A desigualdade de rendimentos por sexo é mais acentuada entre os 20% mais pobres (45,3%). Neste grupo, a maior desigualdade de rendimentos entre mulheres e homens é observada na região Norte (40,9%), e a menor, na região Sul (71,9%).

### **Rendimento de todos os trabalhos das mulheres era 74,0% do recebido pelos homens**

A desigualdade entre mulheres e homens, considerando o rendimento médio de todos os trabalhos foi maior (74,0%) do que quando se observou o rendimento total (67,7%). O efeito combinado das disparidades de sexo e cor ou raça no mercado de trabalho, mensurado por meio da razão entre o rendimento médio das mulheres pretas ou pardas e o rendimento médio dos homens brancos, foi de 41,0%. Na região Sudeste, a dupla desigualdade é ainda maior (38,0%). O rendimento médio da população ocupada aumenta com a idade para ambos os sexos, assim como a desigualdade de rendimento por sexo. Em média, as jovens de 18 a 24 anos de idade recebiam 88,0% do rendimento dos homens, enquanto as mulheres de 60 anos ou mais de idade apresentavam um rendimento equivalente a 64,0% do rendimento dos homens nesta faixa etária. O elevado percentual de mulheres como empregadas domésticas (15%) e uma taxa de formalização mais baixa no mercado de trabalho explicam, em parte, a característica de menor rendimento do trabalho das mulheres, apesar de elas apresentarem um nível de instrução mais elevado.

**Comunicação Social**  
**31 de outubro de 2014**